

O CORPO COMO PONTE

Materialidade, género e desigualdade nas trajetórias trans e não binárias

João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP), Porto, Portugal

Resumo Este artigo propõe uma abordagem materialista, realista e relacional das subjetividades trans e não binárias, recusando tanto o biologicismo quanto o construtivismo radical. Argumenta-se que o corpo deve ser entendido como mediação entre a herança orgânica, as disposições incorporadas, os sistemas de classificação simbólicos e os regimes sociais de desigualdade, sem esquecer “a força biológica das coisas” de que nos fala Bernard Lahire. A dissidência de género é analisada como uma trajetória socialmente estruturada, marcada por mobilidades no espaço social de género e por desigualdades interseccionais. Defende-se uma perspetiva que pense o corpo nas suas imbricações, enquanto relação social incorporada, historicamente produzida, materialmente limitada e institucionalmente regulada.

Palavras-chave: corpo, género, subjetividades trans, desigualdades, interseccionalidade.

The body as a bridge: materiality, gender and inequality in trans and non-binary trajectories

Abstract This article proposes a materialist, realist and relational approach to trans and non-binary subjectivities, rejecting both biologicism and radical social constructivism. It argues that the body should be understood as a mediation between organic inheritance, embodied dispositions, symbolic systems of classification and social regimes of inequality, without forgetting “the biological force of things”, as Bernard Lahire puts it. Gender dissidence is analysed as a socially structured trajectory, marked by mobility within the gendered social space and by intersectional inequalities. The article advances a perspective that conceives the body in its imbrications, as an embodied social relation, historically produced, materially constrained and institutionally regulated.

Keywords: body, gender, trans subjectivities, inequalities, intersectionality.

Le corps en tant que pont: matérialité, genre et inégalité des trajectoires trans et non binaires

Résumé Cet article propose une approche matérialiste, réaliste et relationnelle des subjectivités trans et non binaires, qui refuse non seulement le “biologicisme” mais aussi le constructivisme radical. Il y est argumenté que le corps est à entendre comme une médiation entre l’héritage organique, les dispositions incorporées, les systèmes de classement symboliques et les régimes sociaux d’inégalité, sans oublier “la force biologique [...] des choses” dont nous parle Bernard Lahire. La dissidence de genre est analysée comme une trajectoire socialement structurée, marquée par des mobilités au sein de l’espace social du genre et par des inégalités intersectionnelles. Une perspective y est défendue : elle pense le corps dans ses imbrications, en tant que relation sociale incorporée, historiquement produite, matériellement limitée et institutionnellement régulée.

Mots-clés: corps, genre, subjectivités trans, inégalités, intersectionnalité.

El cuerpo como puente: materialidad, género y desigualdad en las trayectorias trans y no binarias

Resumen Este artículo propone un abordaje materialista, realista y relacional de las subjetividades trans y no binarias, rechazando tanto el biologicismo como el constructivismo radical. Se argumenta que el cuerpo debe ser entendido como mediación entre la herencia orgánica, las disposiciones incorporadas, los sistemas de clasificación simbólicos y los regímenes sociales de desigualdad, sin olvidar “la fuerza biológica de las cosas” de la que nos habla Bernard Lahire. La disidencia de género es analizada como una trayectoria socialmente

estructurada, marcada por movi­lidades en el espacio social de género y por desigualdades interseccionales. Se defiende una perspectiva que piense el cuerpo en sus imbricaciones, como relación social incorporada, históricamente producida, materialmente limitada e institucionalmente regulada.

Palabras-clave: cuerpo, género, subjetividades trans, desigualdades, interseccionalidad.

Este artigo, em jeito de ensaio, é uma tentativa de abordar a produção social das subjetividades trans e não binárias a partir do estudo biográfico de trajetórias juvenis, que será publicado posteriormente em estudo autónomo. Em boa parte, resulta da necessidade de criar uma perspetiva realista, materialista e relacional que se oponha às visões desrealizantes do pós-modernismo idealista, do construtivismo radical e do desconstrucionismo ingénuo, hoje tendências ainda hegemónicas na abordagem das identidades, apesar da proliferação de estudos sociológicos que resgatem experiências socialmente situadas, reguladas por normas institucionais e culturais, mas também permanentemente renegociadas pelos sujeitos nas suas práticas e trajetórias biográficas (Namaste, 2000; Saleiro, 2013). De igual modo, não se revê nas pesquisas que se orientam pela função de comando do ativismo; pelo contrário, alimenta-se da autonomia que a indagação científica exige dentro dos seus protocolos específicos de compreensão da realidade.

Recusar a exotização das experiências trans e não binárias implica analisá-las como percursos socialmente estruturados, e não como singularidades radicais suspensas do mundo social. Para tal, levei ao limite as tensões entre as consequências sociais de propriedades biológicas universais (aspeto claramente negligenciado pela insistência, pouco dada à complexidade, do género como produto de lógicas exclusivamente sociais e culturais) e as formas de dominação masculina e heteronormativa que, a partir de um dado momento da estruturação das sociedades humanas, se autonomizam simbolicamente e se declinam em ordens sociais e mecanismos de violência institucional.

As reflexões que, em seguida, se colocam a debate evidenciam, pois, as mediações dialéticas e complexas entre o corpo, o género, a sexualidade, a posição social e as classificações simbólicas.

Evitando os reducionismos: convergências entre o biológico, o social e o cultural na edificação do patriarcado e na origem da dominação masculina

O corpo trans e não binário¹ experimenta, por vezes ao limite, quer as restrições biológicas, quer as possibilidades (desiguais) da sua transformação. Quando o corpo deixa de ser um mero suporte e se transfigura num detonador de crise, eis que assoma à consciência e se torna um problema, uma questão, um impasse. Algo a ser modificado, refeito, mas jamais superado na sua integralidade, ainda que o projeto seja o de um corpo-outro, desafiante e indisciplinado — um processo de “outridade” (Nascimento, 2021: 52) dinâmico e radical (o outro do outro do outro...).

Por isso, falo de subjetividades socialmente construídas em percursos multifacetados, onde o trânsito e a migração se fazem sentir: entre sexos, corpos, identidades e posições sociais, constituindo-as como objeto de eleição para a sociologia, na busca de compreender essas mobilidades. Mas antes, operei algumas ruturas. Desde logo, com o biologicismo, que faz depender da biologia a primeira e a última palavra, qual fatalismo naturalizado. Mas também, ao mesmo tempo, com o construtivismo radical, que negligencia a importância do corpo biológico, do organismo e da sua relação com o ambiente, no processo evolutivo de uma crescente diferenciação e complexificação das relações e das esferas sociais: o trabalho que fazemos sobre o mundo e o que o mundo faz sobre nós. E, no “mundo”, inclui-se, e com que força, a relação entre a espécie humana, as demais espécies e a Natureza.

Estudar percursos trans e não binários remeteu-me para uma série de (des)articulações entre sexo (biologia, organismo, anatomia), género (sociedade, cultura), sexualidade (afetos, desejo, identidade de género, orientação sexual...), expressão (simbolismo, reconhecimento) e representação (identidade, identificação, demarcação). Atente-se: não defendo qualquer desconexão. Pelo contrário, quis estabelecer ligações, insistir nos cruzamentos e nos novos ângulos que daí resultam (figura 1), num esforço holístico e integrador, que nada desperdiça: não seguindo o relativismo hiperconstrutivista que dispersa a pesquisa e impede a cumulatividade do conhecimento, defendo, na linha dos últimos trabalhos de Bernard Lahire (2023, 2025), a dialética que se estabelece entre organismo, psiquismo e sistemas sociais de disposições incorporadas pela nossa permanência no mundo social. Mesmo Judith Butler, em trabalho mais recente (Butler, 2024) corrige o seu centramento nas dimensões discursivas, admitindo a materialidade de um sistema dinâmico e complexo em que biologia e sociedade interagem, coproduzindo-se.

Por outras palavras: urge perceber que certas “propriedades biológicas persistentes”² da nossa espécie constituem um substrato (onde não entra o determinismo

- 1 Refiro-me, amiúde, a “corpos e trajetórias” trans e não binárias por ser essa a dupla identificação das pessoas que entrevistei. Contudo, importa referir que os conceitos descoincidem quando abstratamente definidos: “Trans” (ou transgénero) é um termo guarda-chuva para pessoas cuja identidade de género não corresponde ao sexo/género que lhes foi atribuído à nascença, enquanto “não binário” refere-se especificamente a identidades de género que não se enquadram exclusivamente nas categorias binárias homem e mulher (Uma pessoa não binária pode identificar-se como vivendo entre os géneros, fora dos géneros, com múltiplos géneros, com género fluido ou sem género).
- 2 Em particular, a partição sexuada exige a interação para efeitos de reprodução, implicando uma “estrutura binária da perceção do mundo” (Lahire, 2025: 218); a divisão sexual do trabalho requerida pelos modos de produção; a divisão sexuada do trabalho reprodutivo e educativo, envolvendo muito mais as mulheres e gerando uma “vasta dominação masculina nos domínios do político, da caça, da guerra, da polícia” (*idem*: 218). Por outro lado, “as consequências sociais de uma encefalização e a prematuridade dos humanos, a sua grande plasticidade cerebral, a viviparidade, etc., ajudam a compreender o longo desenvolvimento extrauterino, que favoreceu quer a dependência das crianças face aos pais ou à aloparentalidade (cuidados prestados por indivíduos que não sejam os progenitores diretos), quer a associação às mulheres (gestação, aleitamento, etc.). Pensemos, ainda, no parto que é “dificultado pelo tamanho do cérebro e pela estreiteza da bacia da mãe (devido à bipedia): o parto é socializado e requer assistência para acompanhar a mãe” (*idem*: 219) e propicia um estreitar do vínculo mãe-filho. Não esqueçamos a tendência para a uniparidade, que prolonga no tempo o trabalho reprodutivo da mulher.

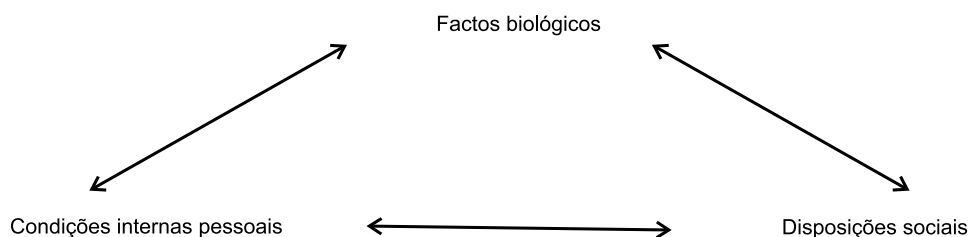


Figura 1 Uma “natureza” humana feita de cruzamentos

Fonte: elaboração própria.

genético) que continuamente é atravessado, modelado e recomposto por certas “propriedades sociais persistentes”, abrindo caminho à compreensão mais alargada de fenómenos universais, como a dependência dilatada dos mais novos face aos mais velhos (pais, familiares ou quem os substitua), no que é conhecido como altricialidade secundária), a dominação masculina e heterossexual, a dominação dos filhos pelos pais, dos infantes pelos cadetes, dos improdutivos pelos produtivos, a ultrasocialidade que nos diferencia e nos permitiu imitar, aprender e adaptar e coordenar as ações, com o sofisticado desenvolvimento da linguagem e de rituais de comunicação, etc.

Não cairei, pois, na dupla armadilha: a de tudo explicar pelo biológico e a de tudo explicar sem o biológico. Não pretendo “biologizar o social”, antes “sociologizar o biológico” (Lahire, 2025). Esta tese não invalida a constatação de que a conservação-extensão-reprodução da espécie humana (a homeostasia, de acordo com Damásio, inclui-se nas “origens humildes” da vida humana,³ na cadeia evolutiva que reenvia aos primeiros e elementares organismos — Damásio, 2017) se faz, a partir de uma certa altura, contando menos com o biológico. Desde a invenção de artefactos e da constituição de uma história social objetivada, cria-se um efeito cumulativo, que a escrita e as tecnologias exponenciam, através do qual as dimensões sociais e culturais adquirem, a partir de um dado ponto, primazia, em particular pela onnipresença da socialização no seu todo complexo e cada vez mais dilatado ao longo da existência. Em suma: a história, a sociedade, as estruturas desiguais de recursos fazem parte integrante da natureza humana, tal como as dimensões biológicas e orgânicas. A diferença, que não é de somenos importância, é que se tornam cada vez mais a *sua* natureza, embora nunca desapareçam os constrangimentos biológicos.⁴ Bourdieu fala mesmo de uma “natureza social”, uma espécie de segunda natureza, na medida em que, como relembra Casanova, “se produzem,

3 Por homeostasia Damásio entende os processos não conscientes e não deliberados que selecionaram “estruturas e mecanismos biológicos capazes não só de manter a vida, mas também de proporcionar a evolução das espécies” — Damásio, 2017: 43)

4 Nas palavras de Lahire: “Só a espécie humana combina o facto de ser social, cultural e cumulativa” — op cit, p. 40.

reproduzem e transformam em associação direta ao estado das relações sociais” (Casanova, 2004: 259), umas mais automáticas, pré-reflexivas; outras mais conscientes e reflexivas.

Lahire é muito sólido (e apoia-se em estudos da paleoantropologia, da biologia evolutiva, da etologia, da história e da antropologia) ao constatar que a “biologia contribui para estruturar o social” ao mesmo tempo em que “o cultural contribui para transformar o biológico” (Lahire, 2023: 42-43). Factos gerais, como a já referida altricialidade secundária, a simetria bilateral da espécie humana, a partição sexuada, a capacidade linguística e de coordenação, a longevidade humana, etc. fornecem um substrato biológico que impõe limites e constrangimentos às pessoas. Não se confunda esta orientação com um fervor determinista ou naturalista, que não existe, nem com um convite a explicações genéticas em última instância, que não são aqui mobilizadas. O que se pretende é a verificação de uma materialidade precisa e tangível — a materialidade de relações sociais objetivas, independentes da vontade dos agentes, exteriores e coercitivas, e que, ao mesmo tempo, são por eles significadas, interpretadas, vividas, transformadas em experiência e *encarnadas*.

A dependência da criança, a sua incapacidade de autorregulação e a necessidade permanente de cuidados, a par do facto biológico da partição sexuada (Héritier, 2002), contribuíram decisivamente para estabelecer uma dominação masculina original. O prolongamento dessa dependência pesou sobre as mulheres, que sentiram muito mais a pressão dos cuidados parentais, nos quais o aleitamento é fundamental. Em vez disso, os pais protegiam mulheres e filhos de outros predadores, assegurando, como de resto acontece com os primatas em geral, o monopólio da guerra e das armas. Sabe-se hoje que a vinculação dos pais é mais tardia, inclusive no desenvolvimento de circuitos neuronais e hormonais que favoreçam essa ligação. Como refere o autor francês, “a força biológica das coisas” é da maior importância nas suas consequências sociais (Lahire, 2023: 763) “prendendo” a criança à mãe: o infante é demasiado grande, pesado e dependente, pode chorar e espantar a caça ou denunciar a localização, o que induz uma divisão sexual do trabalho bastante evidente e transversal a quase todas as culturas humanas (e, já agora, aos mamíferos em geral). A mãe fica dependente do homem, com pouca mobilidade, sem acesso às armas e à caça; torna-se, de certa forma, um prolongamento da criança, como a criança, durante muito tempo, a prolonga. Esta associação tem efeitos profundamente materiais, mas também se transmuta na linguagem e na simbolização. Ao criar-se o núcleo mulher-filhos, oposto ao pai que, apesar de próximo, se remete ao exterior e cuida muito pouco das crianças, oferece-se a base biológica para pensar a origem da dominação masculina num mito falocêntrico, antes mesmo da construção cultural do valor diferencial dos sexos. A masculinidade vai, pois, erigir-se em oposição à dependência, à subordinação e à diáde mãe-filhos. A relação homem-mulher será, então, estruturada por analogia à relação pais-filhos ou mais velhos-mais novos: a mulher representa a dependência, a imaturidade e a vulnerabilidade, contrapartida da constante necessidade de prestação de cuidados, que subtrai a criança às exigências e constrangimentos dos adultos. Será encarada, então, como a filha dependente do homem, a menor, a

criança imatura. Pares de oposições binárias vão, concomitantemente, expressar, em narrativas e cosmovisões, estas bases biológicas gerais: o homem do lado do alto, do poderoso, do pai, do mais velho, do maior e do anterior, a mulher colada ao baixo, ao fraco, à criança, ao mais novo, à menoridade e ao posterior.

Ora, esta dominação masculina implica uma dominação heteronormativa, na medida em que o controle da reprodução é a variável-chave da equação, estipulando rigorosas prescrições de papéis, funções e expectativas de acordo com o sexo atribuído à nascença.

O afastamento das propostas desconstrucionistas ou desrealizantes (figura 2) implica demonstrar, contra a corrente, que nem tudo no sexo é género, em contraste com o construtivismo social extremo de algumas propostas feministas. Diferentemente de Butler, nem toda a materialidade dos corpos é um efeito de poder (poder demasiado abstrato e por localizar socialmente). Mas, com Butler, concordo que há uma materialidade em todos os corpos e que estes não são mera superfície ou tábua rasa. Aliás, os estudos sociológicos sobre pessoas transgénero desconfiam amiúde do mero efeito discursivo ou textual, na medida em que associam vivamente, em percursos de carne e osso, corpo e incorporação, sexualidade e socialização. Ora, em tais percursos existe tanto um desafio aos mecanismos retóricos, institucionais e discursivos da heterossexualidade como, noutros casos, “um desejo de invisibilidade” que não pretende necessariamente subverter as formas dominantes de masculinidade e/ou feminilidade (Silt e Lagos, 2017), isto é, que permanecem na esfera dos “géneros inteligíveis”, aqueles que “de alguma forma instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, género, prática sexual e desejo” (Butler, 2017: 79). Daí que, não raras vezes, feministas e *queer* mais ligados à perspetiva sociológica, classifiquem como retrógrados os estudos trans, na medida em que estes valorizam o sexo como terreno fundacional e a natureza como objeto de desejo e não enquanto lei ou regime que deva ser subvertido, insistindo na “integridade do corpo como objetivo da transição” e na forte conexão entre a sexualidade e a legibilidade material do corpo sexuado (Keegan, 2018: 10).

Não, o género não é anterior ao sexo (como propõe Christine Delphy, ao dizer que o sexo é já género (Delphy, 1993) ou Butler (2017) quando sugere que o género é o dispositivo que institui a natureza sexuada como entidade prévia à cultura). O sexo não é apenas o efeito discursivo de uma apropriação genderizada, que hierarquiza e estabelece a diferença que desqualifica a mulher; é uma realidade que deve ser entendida na relação com o corpo, como “sexo incorporado” e numa perspetiva de “realismo sexuada” (Keegan, 2018: 10). É precisamente essa condição dos corpos trabalhados pelos percursos trans e não binários que permite compreender, através das próprias experiências que “fazem os corpos” (Nascimento, 2021), o atrito das bases materiais da biologia: como é difícil afastarmo-nos de um corpo que nasceu masculino ou feminino; como é difícil esconder as mamas ou o pénis, como é difícil camuflar os quadris ou a maçã de Adão; como é difícil, enfim, não trazer as cordas vocais. Ou como é difícil não desejar, no final do processo, ser homem ou mulher. Dir-se-ia que tudo se eliminaria por desconstrução, por ironia ou por paródia, por identificação dos fluxos de poder, mas tal não basta.

Assim, porque as assimetrias, cristalizadas social e simbolicamente em sistemas de dominação, se baseiam em algumas propriedades biológicas iniciais, cuja durabilidade e resistência às dissidências de gênero aumentam, potencia-se a ordem de gênero como dimensão estrutural e transversal da constituição das subjetividades. O reenvio constante das mulheres à ideia de natureza e de procriação (Gayle, 1997 [1975]), profundamente redutoras e estigmatizantes nos usos socialmente hegemônicos da “feminilidade”, não acontece por acaso ou arbitrariedade: surge por motivos biológicos, anatómicos e funcionais e é reiterada, ratificada e reproduzida em lendas, interdições, rituais, mitos, e aparatos mágico-religiosos e mais tarde leis e até saberes “científicos”, que vão instituindo, nesse processo de legitimação, a dominação masculina, o patriarcado e o sistema cisnormativo.

Desta forma, seguindo Lahire, afasto-me parcialmente da explicação que Bourdieu fornece para a matriz primeira da dominação, masculina, particularmente quando afirma:

O mundo social constrói o corpo enquanto realidade sexuada e como depositário de princípios sexuates de visão e divisão. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, em primeiro lugar, ao próprio corpo, na sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, em conformidade com os princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela própria inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença *biológica* entre os *sexos*, quer dizer entre os corpos masculino e feminino e, muito em particular, a diferença anatómica entre os órgãos sexuais, pode assim surgir como a justificação natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros*, e em particular da divisão sexual do trabalho (o corpo e os seus movimentos, matrizes universais que são submetidos a um trabalho de construção social, não são nem por completo determinados na sua significação, nomeadamente sexual, nem por completo indeterminados, de tal maneira que o simbolismo que lhes é associado é ao mesmo tempo convencional e “motivado, percebido portanto como quase natural)” (Bourdieu, 1999: 9, *itálicos do autor*).

É certo que me aproximo do autor da Teoria da Prática (figura 3) quando enfatiza “as matrizes universais do corpo”, que não são “nem por completo determinadas na sua significação”, o que afasta, e bem, as propostas voláteis de um extremo relativismo cultural. Discordo, contudo, quando se faz preceder a percepção da biologia e da anatomia de um *habitus* genderizado, enquanto princípio de visão e divisão do mundo, isto é, um conjunto de esquemas incorporados pela socialização, de percepção, organização e classificação da diferença sexuada. Na verdade, essa percepção não é totalmente arbitrária, pois depende, em grande parte, das características biológicas da espécie humana. Algumas feministas da segunda vaga, aliás, manifestavam esta mesma prudência face ao biológico, embora separassem totalmente o sexo do gênero. Ann Oakley, por exemplo, distingue sexo de gênero: o primeiro é invariante, e o segundo é amplamente contextual e socialmente construído.

O sexo é uma palavra que se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Género, ao contrário, é um termo que remete à cultura. Diz respeito à classificação social em masculino e feminino. Devemos admitir a invariância do sexo, assim como devemos admitir a variabilidade do género (Oakley, 1972: 16).

Em suma, o que aqui se propõe é que:

- i) Se considere a relevância dos factos biológicos como matriz original de sexuação e de atribuição de um valor diferencial aos sexos, em estreita associação com as especificidades da relação dos organismos humanos com o seu meio, o que faz pensar numa articulação entre sexo e género;
- ii) se perceba que a cristalização da dominação masculina, malgrado esta origem, se foi autonomizando da base biológica por valores, normas, instituições e sistemas de dominação, em íntima relação com a dominação heteronormativa;
- iii) se reitere que a injustiça e o sofrimento que estes princípios de classificação transformados em ordem social e normativa impuseram às mulheres, às masculinidades não hegemónicas e às pessoas intersexo, transgénero e não binárias, são crescentemente reconhecidos e disputados em processos sociopolíticos de conscientização, pois não só existe margem de manobra biográfica (Caetano *et al.*, 2023) e envolvimento político coletivo como as instituições se têm transformado;
- iv) se compreenda a importância, para um pensamento crítico e emancipador, de considerar os invariantes e as linhas de força que constroem as sociedades e as pessoas. Leis, tendências e linhas de força não devem ser glorificadas ou essencializadas como mantras eternos ou fatalidades inamovíveis. Tampouco se deve pressupor que tais constrangimentos não tenham adaptações, traduções/interpretações e variações históricas e culturais. Se existe um núcleo duro de invariantes e de princípios gerais de classificação cognitiva com base na realidade material da vida e da evolução da espécie, ele coexiste com uma variabilidade no modo como esses princípios são declinados e ramificados pelas diferentes culturas (o que permite repensar o dualismo entre universalismo e relativismo). Uma linha de força que considera a importância da “história evolutiva da cultura e da sua origem biológica” (Lahire, 2023: 40) não é uma sentença sem recurso. Os efeitos do corpo sexuado⁵ vão ser testados, reconfigurados e até subvertidos pela tecnologia (Haraway, 2002). Não existe, por assim dizer, um “mandato dicotómico” da sexuação, pois a atribuição de um sexo à nascença, apesar de ser um poder operador físico e simbólico marcante, não é um destino, não é uma forma acabada — é um processo (pessoal,

5 Não ignoro, na linha de Fausto-Sterling, que o próprio corpo sexuado é uma realidade composta e um espectro. Compósita, pois não se trata apenas de anatomia em sentido restrito; as taxas hormonais, as gónadas (órgãos reprodutores) e os gametas (células sexuais) desempenham um papel interdependente. Espectro ou *continuum*, porque há pessoas intersexo, combinando, num “corpo indisciplinado” (Fausto-Sterling, 2018: 61), características femininas e masculinas, o que a leva a afirmar que o dimorfismo absoluto não existe.

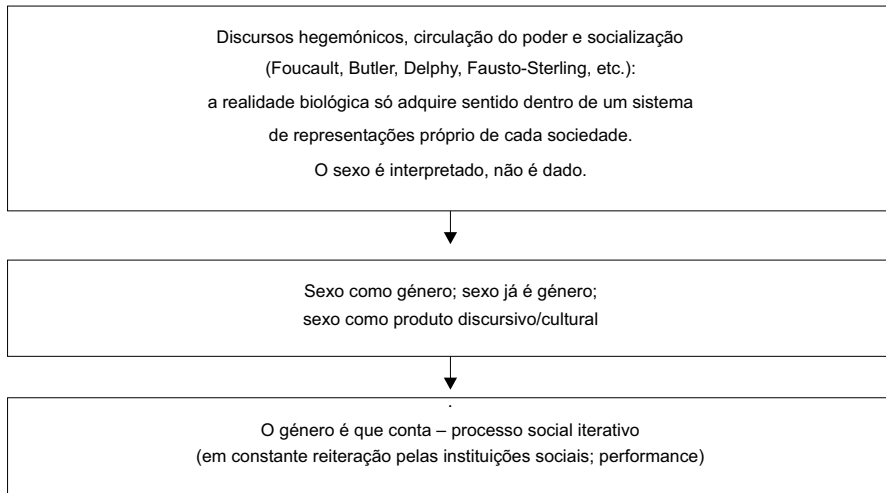


Figura 2 Sexo como construção discursiva e performativa

Fonte: elaboração própria.

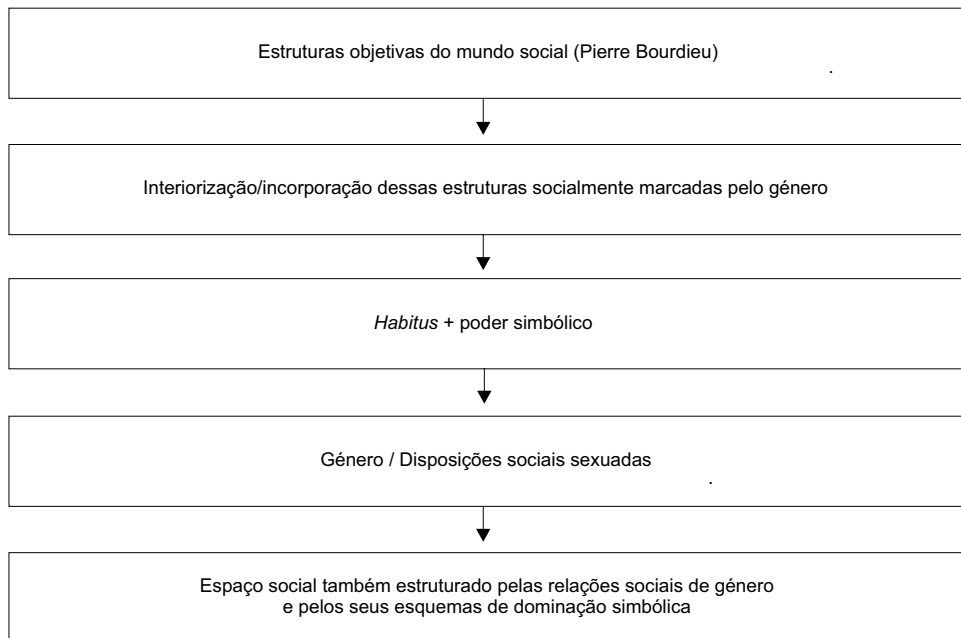


Figura 3 Sexo como incorporação

Fonte: elaboração própria.

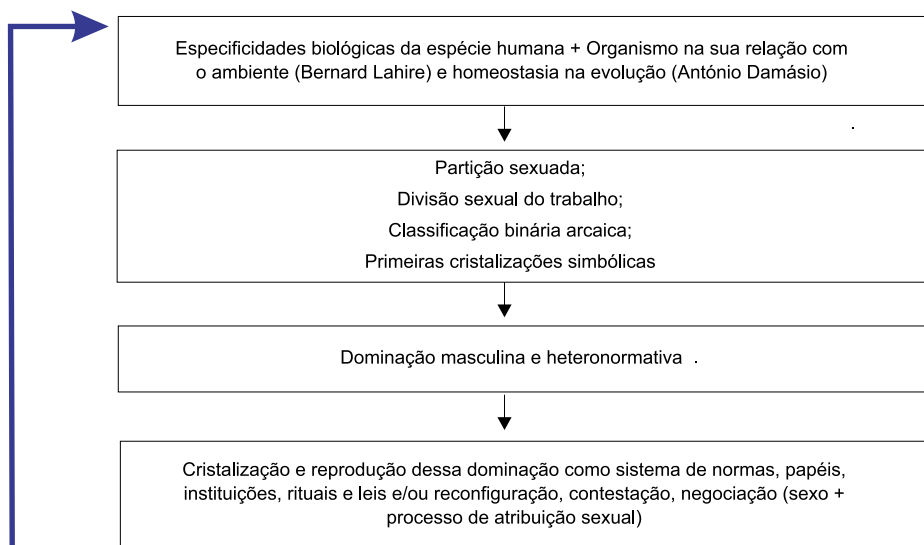


Figura 4 Sexo como imbricação orgânico-social-cultural-simbólica

Fonte: elaboração própria.

histórico e político), um movimento, no qual cabem processos não lineares de subjetivação (Tajafuerce, 2023). Aliás, os fatores epigenéticos (ambientais, contextuais) exercem igualmente influência (a experiência social também modifica os genes — Ciccio, 2023). Contudo, qualquer ação transformadora deve partir do real e da sua facticidade, do seu atrito. Se não há um destino fixo e apriorístico para o corpo sexuado apenas a partir da dimensão orgânica, ignorar a sua imbricação com uma posição social, uma cultura e uma ordem simbólica dificultará a desamarração, pois a amnésia destas amarras perpetua-las-á.

Um novo entendimento sobre a dominação masculina (cruzando Bourdieu e Lahire)

As raízes da dominação masculina não são, como diz Bourdieu, “arbitrárias” (Lahire, 2023), uma vez que encontram respaldo no encontro entre um corpo sexuado e as necessidades adaptativas e evolutivas da espécie humana, condicionadas pelas condições materiais da sua existência. Contudo, não se pode negar que, a partir do momento em que os sistemas simbólicos e culturais ganham autonomia, outras dimensões, construídas socialmente, assumem a dianteira na condução do processo. Nesse ponto, a “sociodiceia masculina” (Bourdieu, 1999) procura a sua legitimação através da violência (física, mas principalmente simbólica), traduzindo-se num longo processo ritualizado de *instituição de uma diferença* que, como o autor

francês tão bem demonstra, separa homens e mulheres, o princípio viril da moral efeminada, excluindo as mulheres e as sexualidades dissidentes, ora invisibilizando-as (por interdição do espaço público e da esfera política), ora atribuindo-lhes as tarefas menos nobres e mais penosas, ora exercendo um poder disciplinador e punitivo que vai ao limite da eliminação física.

Então e só então, tais cristalizações socioculturais da diferença biológica se tornam marcadores essencialmente sociais, justificando as desigualdades sociais e traduzindo toda essa violência na codificação dos costumes, na Verdade das leis, na eficácia impiedosa das instituições, na insidiosa pedagogia dos ensinamentos. Tal matriz, a um mesmo tempo tácita e assumida, informal e institucional, acarreta poderosíssimas consequências na “definição dos usos legítimos do corpo, principalmente sexuais, excluindo do universo do que se pode pensar e do que se pode fazer, tudo o que marca a pertença ao outro gênero” (*idem*: 20). Este amplo processo percebe-se ainda melhor quando se identifica “a somatização das relações sociais de dominação” (*idem, ibidem*), transformando duradouramente corpos e cérebros (posturas, olhares, dizeres, formas de pensar, de sentir e de agir). As estruturas sociais fazem corpo (*e, no corpo, acrescentaria*) por um processo de aprendizagem intrincado dos princípios dessas estruturas, que se consubstanciam em moral, em formas de agir e de classificar o mundo, nomeadamente pelo diapasão das oposições sexuadas do espaço social.

Por isso — e como as pessoas trans e não binárias o sabem tão bem —, é extremamente difícil *desfazermo-nos do corpo ou desfazermos o corpo*, pois a ordem social, mediante a mediação da ordem de gênero, está-lhe profundamente colada, como segunda natureza ou natureza social. A própria Butler o reconhece ao afirmar que o gênero não é “uma construção de que alguém se apropria como quem veste uma roupa pela manhã” (Butler, 1993: 94).

Um ponto de partida feito de imbricações

Os corpos e as identidades são marcados pela linguagem, mas são mais do que linguagem. Neles se cruzam, constantemente, natureza e cultura, embora a matriz cultural se autonomize cada vez mais e possa questionar os próprios factos biológicos (basta perceber que há mulheres que não têm filhos por escolha; que têm filhos, mas não os amamentam; que têm filhos, mas não os criam; que nascem anatomicamente mulheres, mas se identificam ou como homens ou fora das categorias binárias — tudo isso tem sido possível como repertório de prática).

Situando-me fora de uma perspectiva relativista que apenas vê nos sujeitos os resultados de discursos e linguagens, procuro objetivar as relações sociais. Para tal, além de interpretar e compreender, indago também, em busca de explicações e nexos causais (sem a ilusão de considerá-los uma bola de cristal que tornará todos os percursos transparentes...). Deixem-me ser claro: a evidência interdisciplinar mostra que, ao contrário do que Butler defende, existem factos biológicos fora das significações em que o corpo é investido, mesmo que essas significações contribuam fortemente para a reificação de uma ordem de gênero. Pretendo ainda ser esclarecedor, ao corroborar a

importância que os discursos e as normas simbólicas adquirem, em particular num segundo e tardio momento de diferenciação das esferas sociais (político, económico, jurídico, religioso...) e de acumulação cultural. Nesse sentido, o da articulação, importa explicar e compreender, *não renunciar nem à explicitação de nexos causais objetivos, nem à possibilidade da sua constante interpretação pelos sujeitos* que, dentro de determinados limites, se cientes de tais nexos, os podem tentar reconfigurar.

As disposições sexuais e sexuadas são o resultado de longos “processos sociais, culturais, históricos e psíquicos” (Lépinard e Lieber, 2020: 4), “de uma cadeia de significados” que torna os corpos inteligíveis como género (Tajafuerce, 2023: 121) através da qual são produzidas, contestadas, subvertidas e, por vezes, até superadas. Importa analisá-las, então, na *convergência entre natureza, cultura, sociedade e psiquismo*, pois estas dimensões não estão isoladas na realidade — *o real existe e é relacional*. Se o sexo não é só biologia (pois é apreendido e constituído por meio de classificações e hierarquias), do mesmo modo, não é apenas construção simbólica e cultural. *A articulação, repito, é a chave*. Sexo e género cruzam-se; natureza e cultura também. Homens e mulheres são categorizados, separados e hierarquizados em parte pelos factos biológicos, em parte pela reprodução sexual assente no contrato sexual, na expropriação do trabalho doméstico e reprodutivo, na divisão sexual do trabalho remunerado (integrando a dominação patriarcal na esfera mais vasta da exploração capitalista, sem que tal signifique a anulação da sua especificidade) e, finalmente, em parte, ainda, pelos esquemas de perceção transversais próprios da apropriação, disseminação e inculcação das linhas de força sociais.

Como o leitor já terá percebido, há aqui vários níveis de materialidade inter-relacionados. A que se imbrica no corpo é talvez a melhor tradução de todos os níveis aqui expostos. Materialidade que trata o corpo como uma entidade física, anatómica, psíquica, simbólica, social e cultural. Materialidade relacional, por isso, “totalidade orgânica em que se interconectam emoções, sensações, perceção, pensamento, espiritualidade [...] todos os aparatos da materialidade que nos permitem ser seres humanos” (Correal, 2023: 65).

O corpo é, por excelência, a ponte que vai da inscrição biológica do dimorfismo sexual aos sistemas de classificação e taxinomias que os mitos celebram e sistematizam. Enquanto ponte é um atravessamento contínuo, um ir e vir que se reforça e se reformula nesse trânsito imbricado. Ele, corpo vivo, em movimento, corpo socializado, intermediário em ação entre uma herança orgânica e uma aquisição social, mobilizado por “técnicas” (Mauss, 1950) que o trabalham e lhe dão valor social, estabelece uma relação com o mundo que, todavia, supera a biologia ou a genética. Um corpo é sempre mais do que o inato. Ele, que se situa na fímbria do individual e do social; do físico e do psíquico; da encarnação sensível e do mundo social exterior. Ele, que não é apenas uma construção simbólica: é também uma *realidade em si*.

É nesse sentido que Bourdieu utiliza o conceito aristotélico de *hexis* para sublinhar, precisamente, as disposições corporais permanentes como uma espécie de moral realizada: um limbo entre “a conformação física do corpo” e a “maneira de o carregar, de o segurar, de o apresentar e também de sentir e pensar através dele” (Bourdieu, 2002): posturas, gestos, articulações, “maneiras”.

Pessoas trans e não binárias: para além da ilusão da homogeneidade — notas sobre a interseccionalidade como estratégia de mapeamento cognitivo

Todo e qualquer percurso individual depende de uma posição no espaço social, mas essa posição, embora agrupe, aproxime e afaste as pessoas, é complexa e multideterminada. Bernard Lahire (2001) densifica o xadrez dos percursos ao propor uma análise fina das desigualdades sociais, cruzando dimensões como a socialização do meio social de origem (ele próprio internamente diferenciado — pense-se na diversidade de capitais e competência que afastam pai, mãe e outros familiares, em configurações menos homogêneas); a socialização cultural genderizada; a socialização cultural institucionalizada (política, religiosa, social, desportiva...); a socialização e a trajetória escolar; a socialização cultural ligada ao universo laboral, etc. O próprio Bourdieu evidencia que pessoas com condições de existência e disposições próximas podem não possuir um *habitus* coerente e adaptado, em particular em situações de crise, social e/ou pessoal (Bourdieu, 2003), que implicam desajuste face às condições iniciais de socialização/incorporação.

Ora, os percursos trans e não binários são povoados por inúmeras dessas situações, como o “*coming out*” ou as transições (elas mesmas plurais e parcialmente descoincidentes) que confrontam as socializações anteriores com ruturas intensas. Desse modo, os ajustamentos entre posição social e comportamentos tornam-se menos evidentes, menos orquestrados e, tanto a improvisação (face ao que é novo) quanto a reflexividade (é preciso avaliar as situações a cada passo, questionar duramente o que o próprio ou os outros julgavam cristalizado) são ativadas.

Emmanuel Beaubatie enfatiza uma característica habitualmente esquecida quando se analisam estes percursos: trata-se de autêntica mobilidade social, de migração no espaço social, de transgressão de fronteiras com efeitos sociais, nomeadamente numa tendência geral (Beaubatie, 2024), que desclassifica os homens-que-passam-a-ser-mulheres, dada a hierarquia prevaiente no sistema sexo/gênero, promovendo, ao mesmo tempo, as transições de mulher a homem. Simultaneamente, ao propor a consideração de um “espaço social do gênero” (*idem*: 26), complementar ao da classe e da etnia, realça as desigualdades sociais inerentes aos percursos: à partida, durante o processo, à chegada. A precariedade laboral e económica, ou as dificuldades sentidas em famílias transfóbicas, restringem muitíssimo o campo de possibilidades da afirmação de gênero, em questões tão mezinhas como o acesso a cuidados de saúde, a espaços seguros, a terapias hormonais ou a cirurgias.

Para o estudo destes cruzamentos, o contributo das feministas de terceira vaga é inestimável, pois são elas que lançam as bases da interseccionalidade, questionando a falsa homogeneidade e até o essencialismo da categoria “mulheres”, pluralizando, por isso, as diferenças dentro da ordem de gênero e das suas barreiras classificatórias (Collins e Bilge, 2021). Do mesmo modo, se poderá desestabilizar a categoria “pessoas transgênero”, procurando transcender a névoa da identidade-colete-de-forças.

A interseccionalidade, convém lembrá-lo, nasce da constatação do imbricamento de várias opressões e discriminações, revelando a plasticidade de um

sistema de dominação polimórfico que atua em diversas arenas para se reproduzir melhor.

Foi a jurista, crítica e ativista Kimberlé Crenshaw (2023) quem cunhou o conceito, apesar de usos anteriores, não nomeados, de um pensamento sistémico e relacional no estudo da pluralidade das desigualdades sociais e dos seus cruzamentos, revelar já essa análise multidimensional (Lopes, 2024). Nas suas palavras:

Assim como é verdadeiro o facto de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de género, também é verdade que outros fatores relacionados com as suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. (Crenshaw, 2002: 173).

É claro que a interseccionalidade é um modo de pensamento e de análise com potencial de aplicação transversal, “permitindo pensar como se combinam posições e identidades marcadas pelo privilégio e pela opressão no seio de um mesmo grupo” (Lépinard e Lieber, 2020: 105). O modo de pensar interseccional — pois é disso que se trata, de um paradigma, de uma forma sistemática de interrogar a realidade — faz existir, pela descrição e análise, diferenças que poderiam ser amalgamadas em visões de conjunto demasiado panorâmicas. Como Sandra Saleiro demonstrou, os percursos trans e não binários desafiam as ilusões de homogeneidade e reenviam para uma plêiade de contextos e mediações (Saleiro, 2013). A pertença (*belonging*, na aceção de Nira Yuval-Davis, 2011), é sempre uma relação complexa, multidimensional, histórica e contextual consubstancial a uma dada posição social.

Pertenças e identidades trans e não binárias cruzam, pois, classe (ela própria multidimensional, uma vez ancorada em recursos económicos, simbólicos e políticos), identidade e expressão de género, sexo e sexualidade, etnia... Todas estas camadas são, em certa medida, *consustanciais*, já que cada uma exige a análise das outras, sem cair na tentação do reducionismo ou da reificação das diferenças (Galerand e Kergoat, 2014). As autoras propõem, mesmo, que esse conceito — consustancialidade — substitua o de interseccionalidade, dada a sua maior clareza, ao precisar a raiz da dominação. Alertam, aliás, para que não se confundam duas dimensões, que aparecem amiúde amalgamadas: é o sistema que é interseccional ou tudo se passa ao nível das experiências vividas? Ora, por serem materialistas e desconfiarem das abordagens culturalistas que se situam à flor dos discursos, propõem um recentramento em torno das relações sociais, pois as formas mutuamente recíprocas de dominação são dinâmicas e históricas, não podendo ser fixadas por um exercício de reificação categorial e identitária. A consustancialidade significa, então, “pensar o mesmo e o diferente num mesmo movimento” (*idem*: 48), uma vez que as relações sociais de classe, de género ou de etnicidade, ainda que distintas, não podem ser comparadas separadamente.

Deste modo, a interseccionalidade, quando expurgada das suas apropriações individualistas e do ensejo purista de regressão ao infinitesimal (através de uma lista de opressões que serve de fundamento ontológico à enunciação de identidades cada vez mais diferenciadas e atomizadas), permite uma cartografia da totalidade das relações sociais no capitalismo. Em particular, quando sabemos que o capitalismo, cada vez mais flexível, coloniza as esferas da vida que ainda lhe vão resistindo, absorvendo-as sob a forma de mercadoria, num movimento totalizante que o universaliza e no qual se inclui a reificação do próprio desejo.

Ora, se o capitalismo é sistémico e total, não é, todavia, isento de diferenciações internas, de particularismos, de resistências e de justaposição, tensa e conflituosa, de formas “residuais” e de outras “emergentes”. Essa dinâmica totalizante, instável e multinível produz “diferenças”, “diferenciações” e fissuras (também pontos de ligação) entre a ordem global abstrata e a nossa “experiência social individual” (Jameson, 2000: 402).

Deste ponto de vista, a interseccionalidade é um modo de pensar amigo do “mapeamento cognitivo” proposto por Jameson (*idem*, 410-411), enquanto tentativa de espacializar e de representar o aparentemente irrepresentável, na medida em que se procura restituir a cada classe, a cada grupo e a cada movimento social, um ponto de entrada particular nesse regime universal, a partir de uma consciência não alienada sobre as suas condições reais de existência. Encarar a existência sob um prisma não desrealizante, mesmo sabendo-a “particular”, é uma “intenção de totalidade”, uma “aproximação ao universal” (Floyd, 2023: 28). Esse processo declina-se em auto-objetivação, consciência progressiva da situação estrutural de cada pessoa na ordem social (ou, em linguagem bourdieusiana, da posição ocupada no espaço social) e “reflexividade carnal” (Pessoa, 2024: 53). Esta é intensificada nos percursos trans pelo desafio aos esquemas dualistas e pela necessidade bio-psíquico-social de encontrar um lugar, uma “casa”, ativando um “capital corporal” (Wacquant, 2004) que molda simbolicamente o corpo através da encarnação de uma “moral” da ação, de um esforço em trabalhá-lo e modificá-lo, conferindo um sentido e orientação à prática. Tal “capital corporal” pode ser encarado como um conjunto de competências, disposições e capacidades incorporadas que se convertem em reconhecimento, recursos e prestígio, no campo específico em que se joga e investe.

Ora, o corpo trans e não binário é trabalhado, o que implica uma transição plena de investimento corporal (tempo, dor, técnica, cuidado, linguagem) e aquisição de novas disposições (exteriorizadas pela voz, postura, gestualidade, apresentação). Ele torna-se, assim, uma arena de luta simbólica e material, fortemente condicionada por desigualdades de classe (quem pode ou não pagar cirurgias, terapias, tempo de transição, etc.), género (facilitam-se as transições que partem do polo masculino), idade, etc.

Aboim e Vasconcelos seguem na mesma linha de superação de dualismos e de elogio do pensamento relacional, acentuando a dimensão reflexiva da incorporação e valorizando o corpo como projeto capaz de gerar futuros corporais e ressignificações do passado, bem como a dimensão ativa e agenciadora das trajetórias. Em tal proposta, construída para o estudo das transmasculinidades, o corpo é

socializado, reflexivo e material, simultaneamente produto e produtor de práticas de gênero, cuja agência emerge da interação entre disposições encarnadas, tecnologia, normas e projetos biográficos (Aboim e Vasconcelos, 2021, 2025).

Falo, então, da proposta de explorarmos as potencialidades de uma apropriação das tendências fantasmagóricas do capitalismo por meio de uma fenomenologia crítica que, rente ao chão e ao vivido da experiência, aspira aos cruzamentos e às mediações que universalizam o particular (a multifacetada condição trans) sem a dissolver em nebulosas e arrogantes totalidades abstratas.

Para ser breve: a interseccionalidade, se usada como consubstancialidade (tudo se implica e cruza; as diferenças relacionam-se e dialogam, mesmo que sob a égide do conflito, *constituindo-se mutuamente*), amplia, virtualmente, espaços de crítica, de imaginação e de esperança, e essa é a contraparte da opressão e do sofrimento das pessoas e grupos trans e não binários.

Considerações finais: o corpo na fímbria da razão, da emoção e da carne

Na prática, este olhar relacional e complexo convida-nos permanentemente a pensar os percursos trans e não binários como multidimensionais, articulando “regimes e ordem de gênero”⁶ (Connell, 2023; Connell e Pearse, 2015) com “regimes de desigualdade” (Acker, 2009) e experiências corporificadas (Holmes, 2019), perpassando todas as esferas de vida, instituições e organizações. Nesta senda, exercita-se uma sociologia pluriescalar, em que o micro das singularidades e das interexistências se pensa sempre em relação com as molduras institucionais (escola, família, trabalho e divisão do trabalho) e com a *reconstrução do ponto de vista dos agentes* tendo em conta a sua localização nas várias molduras do espaço social, em particular as origens e trajetórias de classe. É nesse espaço, e só nesse espaço, que se moldam e alargam os possíveis da prática, desta mesma prática em que a subjetividade e o corpo têm um lugar central. Um corpo que não é apenas *logos* é também *ethos*, o que quer dizer que não se atira a relevância das emoções, como forma de estar-no-mundo-com-os-outros, para o caixote do lixo epistemológico. As emoções (e não apenas as cognições) fazem parte da experiência socializada do corpo, são não só um vetor de expressão da subjetividade, mas sobretudo um elemento central da socialidade, da ligação; tendo o seu quê de indizível e estritamente singular, podem, ainda assim, ser reconhecidas, transmitidas e analisadas, contrariando a lógica do biopoder (Foucault, 1994) que as regista e classifica num *continuum* que vai do normal ao patológico, para efeitos de controlo social.

Fora dessa lógica disciplinadora, impõe-se reconstruir também *o ponto de vista da sociologia*, reconhecendo o seu distanciamento face às narrativas pós-modernas, no que elas têm de *desistência científica*: desistência de explicar, de encontrar causas,

6 Encarados como padrões recorrentes de estruturação da vida social nas suas múltiplas dimensões, tendo por base o gênero

de descortinar relações e forças objetivas, de conhecer integrada e cumulativamente, de acordo com protocolos amplamente testados, para que os fios do conhecimento não fiquem presos no frágil encantamento das alegorias performativas, por mais rentáveis que sejam no campo científico, ou na diluição do corpo em metáforas e redondilhas linguísticas.

Assim, torna-se possível um olhar, a partir de um lugar que oferece uma “demonstração em ação das possibilidades e virtudes distintivas de uma sociologia carnal que reconhece plenamente o facto de o agente social ser um animal sofredor, um ser de carne e osso, nervos e vísceras, habitado por paixões e dotado de conhecimentos e capacidades corporais” (Wacquant, 2011: 88).

Através dessa perspetiva, encarar-se-á o corpo como articulação entre biologia, estruturas sociais e sistemas simbólicos: uma relação social incorporada, historicamente produzida, materialmente limitada e institucionalmente regulada. Abre-se, então, um quadro de referência para analisar a dissidência de género não como um processo discursivo de construção de identidade, mas como uma trajetória socialmente estruturada e incorporada, marcada por desigualdades, atritos institucionais e possibilidades diferenciadas de transformação.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia, e Pedro Vasconcelos (2021), “What does it mean to be a man? Trans masculinities, bodily practices, and reflexive embodiment”, *Men and Masculinities*, 25 (1), DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X211008519>
- Aboim, Sofia, e Pedro Vasconcelos (2025), *Gender Fields. The Social Organisation of Gender Identity*, Londres e Nova Iorque, Routledge, Taylor & Francis Group.
- Acker, Joan (2009), “From glass ceiling to inequality regimes”, *Sociologie du Travail*, 51 (2), pp. 199-217.
- Beaubatie, Emmanuel (2024), *Transfuges de Sexe. Passer les Frontières du Genre*, Paris, La Découverte.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2003), *Esquisse pour Une Auto-Analyse*, Paris, Raisons d’Agir.
- Butler, Judith (1993), *Bodies that Matter. On the Discursive Limits of “Sex”*, Nova Iorque, Routledge.
- Butler, Judith (2017), *Problemas de Género*, Lisboa, Orfeu Negro.
- Butler, Judith (2024), *Quem Tem Medo do Género?* Lisboa. Orfeu Negro.
- Butler, Judith (2025), *A Ideologia do Género e o Medo da Destruição*, Lisboa, Shifter Media, disponível em: <https://shifter.pt/2025/03/a-ideologia-do-genero-e-o-medo-da-destruicao/> (última consulta em julho de 2026).
- Caetano, Ana, Anabela Pereira, Sónia Correia, e Magda Chico (2023), *De Viva Voz. Ecos Biográficos da Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.

- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais — Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Celta.
- Ciccio, Lu (2023), “Sexo/género”, em Luis Zahonero, Eulalia Sedeño e Nuria Madrid (orgs.), *Enciclopedia Crítica del Género*, Barcelona, Arpa, pp. 281-289.
- Collins, Patricia Hill, e Sirma Bilges (2021), *Interseccionalidade*, São Paulo, Boitempo.
- Connel, Raewyn (2023), *Repenser le Genre. De la Colonialité du Genre au Féminisme Global*, Paris, Payot.
- Connell, Raewyn, e Rebecca Pearse (2015), *Gender in World Perspective*, Cambridge, Polity Press.
- Correal, Diana Marcela Gómez (2023), “Cuerpo relacional”, em Luis Zahonero, Eulalia Sedeño e Nuria Madrid (orgs.), *Enciclopedia Crítica del Género*, Barcelona, Arpa, pp. 61-69.
- Crenshaw, Kimberlé (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspetos da discriminação racial relativos ao género”, *Estudos Feministas*, 10 (1), pp. 171-188.
- Crenshaw, Kimberlé (2023), *Intersectionnalité*, Paris, Payot.
- Damasio, António (2017), *A Estranha Ordem das Coisas. A Vida, os Sentimentos e as Culturas Humanas*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Delphy, Christine (1993), “Rethinking sex and gender”, *Women’s Studies*, 16 (1), pp. 1-9.
- Fausto-Sterling, Anne (2018), *Les Cinq Sexes. Pourquoi Mâle et Femelle Ne Sont Pas Suffisants*, Paris, Payot.
- Floyd, Kevin (2023), *La Reificación del Deseo. Hacia Un Marxismo Queer*, Madrid, Kaótica Libros.
- Foucault, Michel (1994), *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*, Lisboa, Relógio d’Água.
- Galerand, Elsa, e Danièle Kergoat (2014), “Consubstantialité vs intersectionnalité? À propos de l’imbrication des rapports sociaux”, *Nouvelles Pratiques Sociales*, 26 (2), pp. 44-61.
- Haraway, Donna (2002), “O manifesto ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do século XX”, em Ana Gabriela Macedo (org.), *Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Cotovia, pp. 221-250.
- Héritier, Françoise (2002), *Masculin/Féminin 2. Dissoudre la Hiérarchie*, Paris, Odile Jacob.
- Holmes, Sett (2019), *Corpos Resistentes. Imigração, Racismo e Trabalho Agrícola nos EUA*, Odivelas, Outro Modo.
- Jameson, Fredric (2000), *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, São Paulo, Ática.
- Keegan, Cael M. (2018), *Lana and Lilly Wachowski. Sensing Transgender*, Champaign, University of Illinois Press.
- Lahire, Bernard (2001), *L’Homme Pluriel. Les Ressorts de l’Action*, Paris, Nathan.
- Lahire, Bernard (2023), *Les Structures Fondamentales des Sociétés Humaines*, Paris, La Découverte.
- Lahire, Bernard (2025), *Vers une Science Sociale du Vivant*. Paris: La Découverte
- Lépinard, Éléone, e Marylène Lieber (2020), *Les Théories en Études de Genre*, Paris, La Découverte.
- Lopes, João Teixeira (2024), “Interseccionalidade: conceito e crítica do conceito”, *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 50, pp. 35-53.
- Mauss, Marcel (1950), *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF.

- Namaste, Viviane (2000), *Invisible Lives. The Erasure of Transsexual and Transgendered People*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Nascimento, Letícia (2021), *Transfeminismo*, São Paulo, Jandaíra.
- Oakley, Ann (1972), *Sex, Gender and Society*, Nova Iorque, Harper Colophon Books.
- Pessoa, Emerson (2024), *Encarnando a Europeia. Biografias Corporais, (I)Mobilidades e Subjetividades de Trabalhadores do Sexo Trans e Travesti em Lisboa*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Rubin, Gayle (1997 [1975]), “The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”, em Linda Nicholson (org.), *The Second Wave. A Reader in Feminist Theory*, Nova Iorque, Routledge.
- Saleiro, Sandra Palma (2013), *Trans Géneros. Uma Abordagem Sociológica da Diversidade de Género*, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tese de doutoramento em Sociologia.
- Silt, Kristen, e Danya Lagos (2017), “The development of transgender studies in Sociology”, em *The Annual Review of Sociology*, 43, pp. 425-443.
- Tajafuerce, Begonya Saez (2023), “Cuerpos sexuados”, em Luis Zahonero, Eulalia Sedeño e Nuria Madrid (dirs.), *Enciclopedia Crítica del Género*, Barcelona, Arpa, pp. 115-123.
- Wacquant, Loïc (2004), *Body & Soul. Notebooks of an Apprentice Boxer*, Oxford: Oxford University Press.
- Wacquant, Loïc (2011), “Habitus as topic and tool: reflections on becoming a prizefighter”, *Qualitative Research in Psychology*, 8, pp. 81-92.
- Yuval-Davis, Nira (2011), *The Politics of Belonging. Intersectional Contestations*, Londres, Sage.

João Teixeira Lopes. Professor catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

E-mail: jlopes@letras.up.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-7411>

Contribuições para o artigo: conceptualização, investigação, visualização, redação do original, revisão e edição.

Receção: 17-02-26 Reformulação: 07-05-26 Aprovação: 12-05-26

